

PREGÃO ELETRÔNICO

Corregedoria PM -PR-90015/26

CONTRATANTE (UASG)

180184 – Corregedoria da Polícia Militar

OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de Subestações de energia elétrica (Cabine Primária)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 46.912,06 (quarenta e seis mil novecentos e doze reais e seis centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 22/06/2026 às 09h00min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

ESP-CORREGEDORIA DA POLICIA MILITAR

Edital 23/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
23/2026	180184-ESP-CORREGEDORIA DA POLICIA MILITAR	ROBSON MENDES CAVALCANTE	02/06/2026 13:56 (v 0.11)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Capacitação		057.00265895/2026-08

Preâmbulo

Torna-se público que a Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo/SP, por meio da Seção de Finanças, sediado na Rua: Alfredo Maia, nº 58 - Bairro Luz - Cep: 01.106.010, realizará com critério de julgamento menor preço, a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

PREGÃO ELETRÔNICO 90015/26

PR-184/0015/26

Processo Administrativo SEI nº 057.00265895/2026-08

Código Único nº 20260426083

CONTRATANTE UASG 180184

CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

OBJETO

Prestação de Serviço manutenção preventiva e corretiva (Cabine Primária).

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 46.912,06 (quarenta e seis mil novecentos e doze reais e seis centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Critério de Julgamento

Menor preço

Modo de disputa

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de subestações de energia elétrica (cabine Primária) justifica-se pela necessidade que a funcionalidade da cabine primária e das secundárias são responsáveis pela distribuição e estabilidade de toda a unidade institucional da Corregedoria PM.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o item, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte.

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.2. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. PROPOSTA E DOCUMENTOS

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.
- 4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor total;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO E LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

6.8.1. Item 01 será de R\$ 200,00 (duzentos reais).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.18.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

7.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim

sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do SicaF, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos

documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico: **correguge@policiamilitar.sp.gov.br**

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
- 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 12.1.5.4. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.5.5. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.5.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.5.7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.5.8. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.5.9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.5.10. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2.Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3.Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido

pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: **correguge@policiamilitar.sp.gov.br**

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sítio eletrônico **www.compras.gov.br**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item.

14.2.1. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser

- prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;
- 14.2.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.
- 14.2.3.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica o reconhecimento pelo adjudicatário:
- 14.2.3.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 14.2.3.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;
- 14.2.3.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;
- 14.2.3.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 14.2.3.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 14.2.3.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.
- 14.2.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
- 14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de

habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou mediante solicitação pelo e-mail: correguge@policiamilitar.sp.gov.br

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.2.

ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.3. ANEXO III – Minuta de Nota de empenho e Contrato;

14.15.4. ANEXO IV - Modelo referente a planilha de proposta;

14.15.5. ANEXO V – Modelo de Declaração para Habilitação;

14.15.6. ANEXO VI – Cópia da Resolução SSP-05/2026 (item 12.4).

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROBSON MENDES CAVALCANTE

Pregoeiro

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)
e apresente sua proposta

ESP-CORREGEDORIA DA POLICIA MILITAR

Termo de Referência 20/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	180184-ESP-CORREGEDORIA DA POLICIA MILITAR	DIONIZIO ALVES VIEIRA	18/05/2026 16:34 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	34/2026	057.00064202/2026-53

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de subestações de energia elétrica na Sede da Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	MANUTENÇÃO DE CABINE PRIMÁRIA - SUBESTAÇÕES	4812	UNIDADE	01	R\$ 46.912,06	R\$ 46.912,06

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1.1. Quanto às especificações dos itens, levou-se em consideração os seguintes pontos:

3.1.2. ESCOPO DE SERVIÇOS: SEDE DA CORREGEDORIA PM:

3.2. Escopo dos Serviços

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE
01	CABINE ENTRADA E MEDIÇÃO		
1.1	LIMPEZA GERAL DA CABINE	M²	36
1.2	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM CHAVES SECCIONADORAS DE MÉDIA TENSÃO. ENSAIO DE RESITENCIA DE ISOLAMENTO, RESISTENCIA DE CONTATOS, AJUSTE SEM MECANISMOS, LUBRIFICAÇÃO E LIMPEZA GERAL.	UNID	4
1.3	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM DISJUNTORES DE MÉDIA TENSÃO. ENSAIO DE RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO, RESISTÊNCIA DE CONTATOS, TESTES FUNCIONAIS , INSPEÇÃO DO NIVEL DO OLEO E LIMPEZA GERAL.	UNID	1
1.4	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM CONJUNTO DE TCS E TPS DE PROTEÇÃO. MEDIÇÃO DE RESITÊNCIA DE ISOLAMENTO, VERIFICAÇÃO DE CONTINUIDA, REAPERTO GERAL DE CONEXÕES E LIMPEZA.	UNID	1
1.5	MANUTENÇÃO PREVENTIVA RAMAIS SUBTERRANEOS DE MÉDIA TENSÃO. LIMPEZA GERAL, VERIFICAÇÃO E REAPERTO DE CONEXÕES, MEDIÇÃO E RELATORIO DA ISOLAÇÃO ELETRICA (MEGGER) E VERIFICAÇÃO DE TERMINAIS, PARA-RAIOS E MUFLAS.	UNID	2
1.6	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM TRANSFORMADORES. LIMPEZA GERAL, VERIFICAÇÃO E REAPERTO DE CONEXÕES E VERIFICAÇÃO DE TERMINAIS E MUFLAS.	UNID	2

1.7	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SISTEMA DE ATERRAMENTO. LIMPEZA GERAL, VERIFICAÇÃO E REAPERTO DE CONEXÕES, MEDIÇÃO DA RESISTÊNCIA ELETRICA (MICROOHMMIMTERO E/OU TERROMETRO), VERIFICAÇÃO DE TERMINAIS E ELABORAÇÃO DE RELATORIO TECNICO CONFORME NBR 5419.	UNID	1
1.8	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE NOBREAK DE 1000W/220V.	UNID	1
02	CABINE TRANSFORMAÇÃO		
2.1	LIMPEZA GERAL DA CABINE	M²	30
2.2	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM CHAVES SECCIONADORAS DE MÉDIA TENSÃO. ENSAIO DE RESITENCIA DE ISOLAMENTO, RESISTENCIA DE CONTATOS, AJUSTES EM MECANISMOS, LUBRIFICAÇÃO E LIMPEZA GERAL.	UNID	2
2.3	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM DISJUNTORES DE MÉDIA TENSÃO. ENSAIO DE RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO, RESISTÊNCIA DE CONTATOS, TESTES FUNCIONAIS E LIMPEZA GERAL.	UNID	1
2.4	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM CONJUNTO DE TPS DE PROTEÇÃO. MEDIÇÃO DE RESITÊNCIA DE ISOLAMENTO, VERIFICAÇÃO DE CONTINUIDA, REAPERTO GERAL DE CONEXÕES, SUBSTITUIÇÃO DO FUSIVEL DE VIDRO E LIMPEZA.	UNID	1
2.5	MANUTENÇÃO PREVENTIVA RAMAIS SUBTERRANEOS DE MÉDIA TENSÃO. LIMPEZA GERAL, VERIFICAÇÃO E REAPERTO DE CONEXÕES, MEDIÇÃO E RELATORIO DA ISOLAÇÃO ELETRICA (MEGGER) E VERIFICAÇÃO DE TERMINAIS, PARA-RAIOS E MUFLAS.	UNID	1
2.6	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM TRANSFORMADORES. LIMPEZA GERAL, VERIFICAÇÃO E REAPERTO DE CONEXÕES E VERIFICAÇÃO DE TERMINAIS E MUFLAS.	UNID	1
2.7	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SISTEMA DE ATERRAMENTO. LIMPEZA GERAL, VERIFICAÇÃO E REAPERTO DE CONEXÕES, MEDIÇÃO DA RESISTÊNCIA ELETRICA (MICROOHMMIMTERO E/OU TERROMETRO), VERIFICAÇÃO DE TERMINAIS E ELABORAÇÃO DE RELATORIO TECNICO CONFORME NBR 5419.	UNID	1
2.8	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE NOBREAK DE 1000W/220V	UNID	1
2.9	IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJE COM MANTA ASFALTICA ESPESSURA 4MM	M²	36
2.10	PINTURA EM LAJE, PARTE INTERNA, TINTA LATEX ACRÍLICO BRANCO, ATÉ 3 DEMÃOS	M²	36
03	CABINE TRANSFORMAÇÃO - 2		
3.1	LIMPEZA GERAL DA CABINE	M²	20
3.2	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM CHAVES SECCIONADORAS DE MÉDIA TENSÃO. ENSAIO DE RESITENCIA DE ISOLAMENTO, RESISTENCIA DE CONTATOS, AJUSTES EM MECANISMOS, LUBRIFICAÇÃO E LIMPEZA GERAL.	UNID	1

3.3	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM DISJUNTORES DE MÉDIA TENSÃO. ENSAIO DE RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO, RESISTÊNCIA DE CONTATOS, TESTES FUNCIONAIS E LIMPEZA GERAL.	UNID	1
3.4	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM CONJUNTO DE TPS DE PROTEÇÃO. MEDIÇÃO DE RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO, VERIFICAÇÃO DE CONTINUIDADE, REAPERTO GERAL DE CONEXÕES, SUBSTITUIÇÃO DO FUSÍVEL DE VIDRO E LIMPEZA.	UNID	1
3.5	MANUTENÇÃO PREVENTIVA RAMAIS SUBTERRÂNEOS DE MÉDIA TENSÃO. LIMPEZA GERAL, VERIFICAÇÃO E REAPERTO DE CONEXÕES, MEDIÇÃO E RELATÓRIO DA ISOLAÇÃO ELÉTRICA (MEGGER) E VERIFICAÇÃO DE TERMINAIS, PARA-RAIOS E MUFLAS.	UNID	1
3.6	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM TRANSFORMADORES. LIMPEZA GERAL, VERIFICAÇÃO E REAPERTO DE CONEXÕES E VERIFICAÇÃO DE TERMINAIS E MUFLAS.	UNID	1
3.7	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SISTEMA DE ATERRAMENTO. LIMPEZA GERAL, VERIFICAÇÃO E REAPERTO DE CONEXÕES, MEDIÇÃO DA RESISTÊNCIA ELÉTRICA (MICROOHMMÍTERO E/OU TERROMETRO), VERIFICAÇÃO DE TERMINAIS E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO CONFORME NBR 5419.	UNID	1
04	EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO		
4.1	ENSAIO EM TAPETE DE BORRACHA ISOLANTE ELÉTRICO DE 1000 X 1000 MM	UNID	7
4.2	TAPETE DE BORRACHA ISOLANTE ELÉTRICO DE 1000 X 1000 MM	PAR	3
4.3	LUVA DE COURO PARA PROTEÇÃO DE LUVA ISOLANTE	PAR	3
4.4	ENSAIO EM LUVA ISOLANTE DE BORRACHA, ACIMA DE 10 ATÉ 20 KV	PAR	3
4.5	LUVA ISOLANTE DE BORRACHA, ACIMA DE 10 ATÉ 20 KV	PAR	3
4.6	MACACÃO ANTICHAMA, NR-10, RISCO 2	UNID	1
4.7	BOTINA MICROFIBRA COM BICO COMPOSITE 42, ELÁSTICO, PRETO OU SIMILAR PARA ELETRICISTA E USO GERAL	PAR	1
4.8	DETECTOR DE ALTA TENSÃO POR APROXIMAÇÃO, FIXAÇÃO EM BASTÃO	UNID	1
4.9	ENSAIO EM BASTÃO DE MÉDIA TENSÃO	UNID	3
4.10	PROTETOR FACIAL CONTRA ARCO ELÉTRICO RISCO 2, COM CAPACETE BRANCO	UNID	1

3.3. Manutenção Preventiva

1.1.1. Inspeção visual e termográfica dos componentes da cabine primária e secundárias;

1.1.2. Verificação do estado dos barramentos, conexões e disjuntores;

- 1.1.3. Limpeza e reaperto de conexões elétricas e mecânicas;
- 1.1.4. Teste de operação dos sistemas de proteção e manobra;
- 1.1.5. Medição de resistência de isolamento e continuidade elétrica;
- 1.1.6. Avaliação do sistema de aterramento e adequação às normas vigentes.

3.4. Manutenção Corretiva

- 1.2.1. Diagnóstico e substituição de componentes desgastados ou danificados;
- 1.2.2. Reparo ou troca de disjuntores, fusíveis, transformadores, barramentos e outros dispositivos essenciais;
- 1.2.3. Restauração do isolamento e proteção contra sobrecarga;
- 1.2.4. Ajustes e calibração dos equipamentos conforme as especificações técnicas.

3.5. Emissão de Laudos e Relatórios Técnicos

- 1.3.1. Elaboração de relatório detalhado das condições da cabine primária e das duas cabines secundárias;
- 1.3.2. Emissão de laudo técnico com recomendações de melhorias e adequações;
- 1.3.3. Registro fotográfico das manutenções realizadas;
- 1.3.4. Atestado de conformidade dos serviços executados.

3.6. Justificativa da Solução

- 3.6.1. A manutenção das cabines elétricas é fundamental para evitar falhas no fornecimento de energia, minimizar riscos de curtos-circuitos, incêndios e interrupções inesperadas, além de garantir a segurança dos operadores e a preservação dos equipamentos.
- 3.6.2. A adoção de um plano de manutenção adequado reduz custos com reparos emergenciais e prolonga a vida útil dos equipamentos, garantindo a confiabilidade do sistema elétrico e a continuidade das operações no local.
- 3.6.3. A solução proposta atende às diretrizes técnicas e regulatórias exigidas, assegurando que as cabines estejam em conformidade com as normas aplicáveis e operem dentro dos padrões de eficiência e segurança exigidos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:
 - 4.1.1. Providenciar gerenciamento adequado de resíduos, como cabos, óleos isolantes, disjuntores e componentes eletrônicos.
 - 4.1.2. Os materiais devem ser descartados ou reciclados de acordo com normas ambientais, evitando contaminação do solo e da água.
 - 4.1.3. Priorizar substituição de materiais tradicionais por alternativas recicláveis ou de menor impacto ambiental.
 - 4.1.4. Destinação final:
 - 4.1.4.1. Produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos, com possibilidade de reuso ou para remanufatura.

4.1.2. Esses requisitos garantem a adoção de práticas sustentáveis no acesso ao Departamento Técnico visando reduzir impactos ambientais e promover um futuro mais equilibrado. Ao integrar materiais ecológicos, otimizar o consumo de energia e estabelecer estratégias de gestão de resíduos, é possível criar um ambiente de trabalho que respeite o meio ambiente sem comprometer a qualidade e a estética da Unidade.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.2. Não haverá restrições de marcas ou produtos desde que compatíveis com o objeto.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.6. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 (nove) horas às 17:00 (dezessete) horas, na Rua Afredo Maia, 58 - Luz - São Paulo/SP.

4.6.1. As avaliações deverão ser agendadas pelo telefone ou e-mail (11) 3322-0261 corregssam@policiamilitar.sp.gov.br.

4.7. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.8. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.9. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.10. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

4.11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

4.11.1. Requisitos de Qualificação da Empresa:

4.11.1. A empresa contratada deverá comprovar experiência na execução de serviços de manutenção em cabines primárias e secundárias, apresentando atestados técnicos de serviços similares;

4.11.2. Deverá possuir registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e dispor de responsável técnico habilitado; 3.3 A equipe técnica deverá possuir certificação NR-10 e NR-35 (trabalho em altura), quando aplicável;

4.11.3. A empresa deverá fornecer garantia mínima dos serviços prestados, assegurando a qualidade da manutenção realizada.

4.11.4. Acerca dos requisitos da contratação, a empresa terá que atender as seguintes solicitações:

4.11.4.1. Para fins de comprovação da capacidade técnica, as licitantes deverão comprovar aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto do Termo de Referência, por meio da apresentação de ACERVO TÉCNICO, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

4.11.4.2. Para atendimento à qualificação técnico operacional, além da prova de inscrição ou registro da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, que comprove atividade relacionada com o objeto, deve-se apresentar um ou mais ACERVOS TÉCNICOS que comprovem a experiência mínima de dois anos, podendo ser aceito o somatório de acervos, da região onde os serviços foram executados que comprovem que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, estadual, municipal, federal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresas privadas, serviços relativos a:

a) PROJETOS, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO CORRETIVA OU PREVENTIVA EM SUBESTAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO.

4.11.4.3. Para atendimento à qualificação técnico profissional, comprovação da licitante de possuir, em seu corpo funcional engenheiro(s) mecânico responsável(is), NÃO SENDO ADMITIDO CONTRATAÇÃO DE FORMA TERCEIRIZADA PARA A REFERIDA LICITAÇÃO, inscrito(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, que comprove ter o profissional executado atividade relacionada com o objeto, deve-se apresentar um ou mais atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrado (s) no CREA, com a cópia da Certidão de Acervo Técnico (CAT) na qual conste anotação de responsabilidade técnica (ART), conforme exigido nas normas expedidas pelo Conselho Profissional respectivo, que comprovem ter o profissional executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, estadual, municipal, federal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresas privadas, serviços relativos a:

a) PROJETOS, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO CORRETIVA OU PREVENTIVA EM SUBESTAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO.

Somente serão aceitos acervos expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

O(s) acervo(s) deverá(ão) conter a identificação do órgão da Administração Pública ou empresa emitente, a identificação do contrato extinto ou vigente de prestação de serviços e a discriminação dos objetos entregues e serviços executados;

Serão aceitos acervo fornecidos em nome da empresa matriz ou da(s) eventual(is) empresa(s) filial(is);

O(s) acervos(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Conforme item 10.10 do Anexo VII-A da IN nº 5/17: “O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos acervos solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços”;

Conforme item 10.9 do Anexo VII-A da IN nº 5/17: “Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes acervos de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação”.

4.11.4.4. A comprovação de vínculo profissional será feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante, do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de prestação de serviço, com anuência do profissional.

Apresentar declaração indicando os nomes, CPFs e número dos registros no CREA dos responsáveis técnicos que acompanharão a execução dos serviços. O profissional que apresentar a ART para comprovação da

qualificação técnica deverá obrigatoriamente ser o responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto dessa contratação. Caso a contratada venha a alterar o responsável técnico posteriormente, deverá comprovar que o novo responsável possui a qualificação exigida no edital.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias à contar da assinatura do contrato;

5.1.2. Prazo de conclusão do objeto: 15 (quinze) dias.

5.1.2.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho serão estabelecidos pela contratada respeitando a rotina da Corregedoria PM e condições do objeto.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: **Rua Alfredo Maia, 58 - Luz - São Paulo/SP.**

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.3.1. Os serviços deverão discorrer em data e horário convenientes à Contratante, devendo haver um acordo prévio. Preferencialmente deverão ser realizados entre as 07h00 e 17h00 horas, inclusive podendo ser realizado aos finais de semana (sábado e domingo) e feriados, e em mais de uma etapa, de forma a não prejudicar o horário normal de trabalho desta Unidade.

5.3.2. A equipe técnica da CONTRATADA deverá contar com profissionais qualificados, especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades indispensáveis à execução dos serviços.

5.3.3. Os representantes da CONTRATANTE, responsáveis pela Fiscalização, e toda pessoa por esta autorizada, terão livre acesso a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos, estocados e/ou fabricados materiais, peças e equipamentos relativos aos serviços, ainda que nas dependências da CONTRATADA.

5.3.4. A CONTRATADA cuidará para que toda a área sob sua responsabilidade permaneça sempre limpa e organizada.

5.3.5. A execução contratual observará as rotinas que serão acordadas entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, conforme ao Termo de Referência e Contrato.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades, promovendo sua substituição quando necessário.

5.4.1. Os materiais de acabamento deverão ser apresentados e submetidos para análise e aprovação dos Fiscais e Gestores do contrato.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. A interrupção da distribuição de energia deverá ser informada previamente para evitar desligamento de máquinas, equipamentos e dispositivos elétricos.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6.1. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratado deverá manter seu preposto no local da execução do objeto durante o período de execução do objeto contratado.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.18. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo fiscal técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.6.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.6.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e

a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.8.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.12.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.17. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.23.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será de **empreitada por preço global**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e/ou de regularidade com a Fazenda] Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.21. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.21.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.22. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), em plena validade;

8.22.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.23. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão (ões) ou atestado (s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Outras comprovações

8.24. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 46.912,06 (quarenta e seis mil, novecentos e doze reais e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima e em Anexo do Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DIONIZIO ALVES VIEIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 16:34:47.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)
e apresente sua proposta

ESP-CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR

Estudo Técnico Preliminar 14/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 057.00064202/2026-53

2. Descrição da necessidade

2.1. A manutenção das instalações elétricas é essencial para garantir o funcionamento seguro e contínuo das atividades da instituição. Nesse contexto, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para a realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva em uma cabine primária e duas cabines secundárias, a fim de evitar falhas no fornecimento de energia, reduzir riscos operacionais e prolongar a vida útil dos equipamentos elétricos.

2.2. A necessidade do serviço justifica-se pela criticidade das cabines no suprimento elétrico da instituição, sendo fundamental assegurar que todos os componentes estejam operando dentro dos padrões técnicos e normativos vigentes. A ausência de manutenção adequada pode gerar interrupções no fornecimento de energia, danos aos equipamentos e riscos à segurança dos usuários.

2.3. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de três subestações de energia elétrica na Sede da Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, devendo ser atendidas as normativas inerentes.

2.4. Considerando a importância crítica das atividades realizadas pela Corregedoria, é indispensável garantir a continuidade dos serviços, mesmo em situações de emergência, como interrupções no fornecimento de energia elétrica. No entanto, atualmente, não existe um histórico de manutenção preventiva e corretiva na Corregedoria, o que aumenta o risco de falhas e compromete a operação ininterrupta deste órgão essencial.

2.5.1. Necessidade e Urgência:

- **2.5.1. Necessidade e Urgência:**

Segurança e Confiabilidade: A ausência de manutenção nas subestações de energia de alta e baixa tensão pode ocasionar falhas em momentos críticos, comprometendo a segurança dos dados e a continuidade das operações da Corregedoria. A atuação de serviços especializados assegura que todos os componentes das subestações estejam operando corretamente, reduzindo o risco de interrupções inesperadas.

Constantes Picos de Energia: A Corregedoria tem enfrentado recorrentes picos de energia que ameaçam a integridade de equipamentos eletrônicos sensíveis, inclusive os sistemas das subestações. A manutenção preventiva e corretiva é essencial para proteger esses sistemas contra surtos e garantir seu funcionamento eficiente quando necessário.

Prevenção de Problemas: A realização periódica de manutenção permite detectar precocemente possíveis falhas, evitando custos elevados e atrasos decorrentes de reparos emergenciais. A inexistência de um plano de manutenção aumenta significativamente o risco de falhas graves e longos períodos de inatividade.

Conformidade Legal e Normativa: Assegurar que as subestações estejam em conformidade com as normas técnicas e regulamentações vigentes é fundamental. Profissionais especializados possuem o conhecimento necessário para garantir o atendimento a todos os requisitos legais, evitando sanções e assegurando o desempenho adequado dos sistemas.

Eficiência Operacional: A manutenção apropriada das subestações de energia contribui para a eficiência energética dos sistemas, reduzindo desperdícios e otimizando o desempenho. Isso se traduz em economia de recursos e maior eficácia nas operações da Corregedoria.

2.5.2. Dessa forma, diante dos argumentos apresentados, a contratação de um serviço especializado para a manutenção corretiva e preventiva das subestações de energia da Corregedoria é uma medida urgente e necessária. Tal ação garantirá a confiabilidade, a eficiência e a conformidade dos equipamentos, assegurando a continuidade das atividades essenciais deste órgão fundamental.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CORREGEDORIA DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO	DIONÍZIO ALVES VIEIRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. REQUISITOS GERAIS:

4.1.1 Os itens, objeto desta contratação, por suas características, são classificados como bens e/ou serviços comuns, nos termos da Lei 14133/21, art. 6º, XIII.

4.1.2. A empresa contratada deverá operar com organização completa no gerenciamento, planejamento, coordenação, administração e execução das atividades, fornecendo todos os materiais de consumo, insumos, mão de obra, ferramentas, equipamentos/máquinas, EPI, EPC, uniformes e transportes necessários à execução dos serviços.

4.1.3. Para garantir a confiabilidade e segurança do sistema elétrico da instituição, a presente contratação visa a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em uma cabine primária e duas cabines secundárias. Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada, atendendo aos requisitos técnicos e normativos aplicáveis.

4.2. Os principais requisitos da contratação são:

4.2.1. Requisitos Técnicos

1.1 Manutenção preventiva e corretiva da cabine primária e das duas cabines secundárias de média e baixa tensão, com inspeção detalhada de todos os componentes elétricos;

1.2 Avaliação das condições operacionais, incluindo testes de desempenho, medições elétricas e termográficas, verificação de conexões e integridade dos barramentos;

1.3 Limpeza e reaperto das conexões elétricas para evitar falhas por mau contato e sobreaquecimento;

1.4 Inspeção e ajustes em disjuntores, transformadores, chaves seccionadoras, relés de proteção e demais componentes do sistema elétrico;

1.5 Substituição de peças e componentes desgastados ou comprometidos, conforme necessidade identificada na inspeção técnica;

1.6 Medição da resistência de isolamento dos cabos elétricos para prevenção de curto-circuitos e falhas elétricas;

1.7 Verificação da eficiência do sistema de aterramento e sua conformidade com as normas vigentes;

1.8 Emissão de laudo técnico detalhado, contendo diagnóstico das condições das cabines, intervenções realizadas e recomendações para ações futuras

4.2.2. Requisitos Operacionais:

- 2.1 A empresa contratada deverá disponibilizar equipe técnica qualificada e certificada, composta por engenheiros e técnicos especializados em sistemas elétricos de média e baixa tensão;
- 2.2 Os serviços deverão ser executados sem comprometer o funcionamento das atividades da instituição, com programação prévia para minimizar impactos operacionais;
- 2.3 Todos os procedimentos deverão estar em conformidade com as normas da ABNT, especialmente NBR 14039 (Instalações Elétricas de Média Tensão) e NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão);
- 2.4 A empresa deverá seguir protocolos rigorosos de segurança, garantindo o uso de EPIs e EPCs adequados, conforme as diretrizes da NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade);
- 2.5 A manutenção deverá ser realizada com equipamentos e ferramentas certificadas, garantindo a precisão dos serviços e a segurança da operação.

4.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

4.3.1. Requisitos de Qualificação da Empresa

- 4.3.1. A empresa contratada deverá comprovar experiência na execução de serviços de manutenção em cabines primárias e secundárias, apresentando atestados técnicos de serviços similares;
- 4.3.2. Deverá possuir registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e dispor de responsável técnico habilitado; 3.3 A equipe técnica deverá possuir certificação NR-10 e NR-35 (trabalho em altura), quando aplicável;
- 4.3.3. A empresa deverá fornecer garantia mínima dos serviços prestados, assegurando a qualidade da manutenção realizada.

4.4. Acerca dos requisitos da contratação, a empresa terá que atender as seguintes solicitações:

4.4.1. Para fins de comprovação da capacidade técnica, as licitantes deverão comprovar aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto do Termo de Referência, por meio da apresentação de ACERVO TÉCNICO, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

4.4.2. Para atendimento à qualificação técnico operacional, além da prova de inscrição ou registro da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, que comprove atividade relacionada com o objeto, deve-se apresentar um ou mais ACERVOS TÉCNICOS que comprovem a experiência mínima de dois anos, podendo ser aceito o somatório de acervos, da região onde os serviços foram executados que comprovem que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, estadual, municipal, federal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresas privadas, serviços relativos a:

a) PROJETOS, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO CORRETIVA OU PREVENTIVA EM SUBESTAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO.

4.4.3. Para atendimento à qualificação técnico profissional, comprovação da licitante de possuir, em seu corpo funcional engenheiro(s) mecânico responsável(is), NÃO SENDO ADMITIDO CONTRATAÇÃO DE FORMA TERCEIRIZADA PARA A REFERIDA LICITAÇÃO, inscrito(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, que comprove ter o profissional executado atividade relacionada com o objeto, deve-se apresentar um ou mais atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrado (s) no CREA, com a cópia da Certidão de Acervo Técnico (CAT) na qual conste anotação de responsabilidade técnica (ART), conforme exigido nas normas expedidas pelo Conselho Profissional respectivo, que comprovem ter o profissional executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, estadual, municipal, federal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresas privadas, serviços relativos a:

a) PROJETOS, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO CORRETIVA OU PREVENTIVA EM SUBESTAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO.

Somente serão aceitos acervos expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

O(s) acervo(s) deverá(ão) conter a identificação do órgão da Administração Pública ou empresa emitente, a identificação do contrato extinto ou vigente de prestação de serviços e a discriminação dos objetos entregues e serviços executados;

Serão aceitos acervo fornecidos em nome da empresa matriz ou da(s) eventual(is) empresa(s) filial(is);

O(s) acervos(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Conforme item 10.10 do Anexo VII-A da IN nº 5/17: "O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos acervos solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços";

Conforme item 10.9 do Anexo VII-A da IN nº 5/17: "Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes acervos de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação".

4.4.4. A comprovação de vínculo profissional será feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante, do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de prestação de serviço, com anuência do profissional.

Apresentar declaração indicando os nomes, CPFs e número dos registros no CREA dos responsáveis técnicos que acompanharão a execução dos serviços. O profissional que apresentar a ART para comprovação da qualificação técnica deverá obrigatoriamente ser o responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto dessa contratação. Caso a contratada venha a alterar o responsável técnico posteriormente, deverá comprovar que o novo responsável possui a qualificação exigida no edital.

4.5. Requisitos:

a) Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios nas quantidades e qualidades necessários, e promovendo sua substituição quando necessário.

b) Em toda substituição de peças e componentes deverão ser utilizados exclusivamente peças e componentes novos e originais, livres de defeitos ou vícios, e que correspondam perfeitamente às especificações do fabricante.

c) Para o fornecimento de peças a CONTRATADA deverá encaminhar juntamente com o orçamento, cópia de nota fiscal de fornecimento anterior ou planilha de formação de preço comprovando que o valor ofertado é o praticado no mercado.

d) A não ser quando for especificado em contrário, os materiais a serem empregados nos serviços serão todos nacionais, novos, de primeira qualidade (assim entendida a gradação de qualidade superior, quando existirem diferentes gradações de qualidade de um mesmo produto) e de acordo com as especificações da ABNT, sendo expressamente vedado o uso de material improvisado em substituição ao especificado, assim, como não se admitirá a adaptação de peças, seja por corte ou por outro processo, a fim de usá-las em substituição a peças recomendadas e de dimensões adequadas.

e) A Fiscalização examinará todos os materiais recebidos antes de sua utilização e poderá impugnar o emprego daqueles que, a seu juízo, forem julgados inadequados. Neste caso, em presença do responsável pela manutenção, serão retiradas amostras para a realização de ensaios de caracterização das qualidades dos materiais.

f) A CONTRATADA fornecerá, além da mão-de-obra, todo o material, peças e ferramentas necessários, ficando responsável, também, pela sua respectiva guarda e transporte.

g) Os transportes horizontal e vertical de todos os materiais, ferramentas e acessórios pertinentes aos serviços serão feitos pela CONTRATADA.

h) Somente serão aceitos materiais, peças e ferramentas compatíveis com a aplicação a que se destinam. Serão recusados pela Fiscalização os que se encontrarem fora de especificação.

4.5.1. Os equipamentos, ferramentas, peças e materiais utilizados, bem como a prestação dos serviços contratados, deverão estar, rigorosamente, de acordo com as normas vigentes e com as especificações estabelecidas pelos órgãos de fiscalização e normatização Estaduais/Distrital e Nacional competentes. A inobservância dessa condição implicará a recusa dos mesmos, bem como seu devido refazimento e/ou adequação, sem que caiba à CONTRATADA qualquer tipo de reclamação ou indenização.

4.6. Requisitos de Prazos e Entregas

4.6.1 O serviço deverá ser realizado dentro do prazo estipulado no contrato, considerando a complexidade e o impacto da manutenção nas operações da instituição;

4.6.2 Deverá ser apresentado um cronograma detalhado de execução dos serviços, com prazos e etapas bem definidas;

4.6.3 A empresa deverá fornecer um relatório técnico final, contendo todos os registros das inspeções, medições, ajustes realizados e recomendações para futuras manutenções.

5. Levantamento de Mercado

Para a necessidade informada no item 2 deste documento, tem-se duas soluções possíveis em uma análise preliminar:

a) as manutenções preventivas e corretivas serem realizadas pelos policiais militares do Setor de Manutenção da Corregedoria PM ou

b) contratação de empresa do ramo que realize a atividade solicitada.

Na primeira opção, seria necessário que houvesse uma qualificação técnica constante dos POLICIAIS na área de subestações de energia de média e baixa tensão, o que envolveria a necessidade de cursos. Ainda, a Corregedoria também teria que adquirir materiais diversos para as manutenções preventivas e corretivas necessárias, ou seja, haveria a necessidade de aquisição de itens bastante específicos que geralmente somente empresas e profissionais da área possuem conhecimento com exatidão. Ainda, deve-se ressaltar também que há peças que são somente vendidas do fabricante para empresas do ramo e não para o cliente final, o que poderia ocasionar um grande empecilho para as manutenções e nas aquisições em si. É importante salientar também que a descrição de função dos policiais do Setor de Manutenção solicita somente conhecimentos básicos em manutenções elétricas a fim de se ter conhecimento para fiscalizar os contratos de empresas contratadas para tal atividade.

A Corregedoria tem interesse em ter os policiais devidamente qualificados, mas não ao ponto de serem especializados em uma área específica, ainda mais se há empresas disponíveis no mercado que podem realizar o serviço adequadamente. Ainda, é importante destacar, que os policiais teriam que ter um conhecimento muito amplo que possibilitasse descrever com exatidão técnica as possíveis peças que fossem necessárias serem adquiridas. Também é necessário registrar que a cada mudança de tecnologia no aparelho (seja da própria marca já utilizada ou não), novos cursos seriam necessários, o que traria mais gastos ao Governo do Estado de São Paulo. Deve-se

registrar também que é exigido por norma que um engenheiro elétrico, com inscrição no Conselho Profissional respectivo, seja responsável pelo serviço. A Corregedoria não possui nenhum dos dois profissionais em seu quadro ativo de efetivo e nem há contrato firmado que possua estes profissionais para assessorar o Departamento Administrativo/Setor de Manutenção.

Na segunda opção, a situação é totalmente diferente, pois, as empresas que atuam no ramo de manutenções em subestações de energia, já possuem pessoal especializado na área devidamente qualificados com ferramentas e equipamentos próprios para as demandas, sendo uma das exigências que devem ser solicitadas na contratação. Ainda, as empresas são conhecedoras do mercado em que atuam e possuem informações "privilegiadas" de mudanças de tecnologia ou atualizações que se façam necessárias para manter o equipamento funcionando.

Dessa forma, a segunda opção foi a escolhida para atender a demanda da Corregedoria.

Para a contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em uma cabine primária e duas cabines secundárias, foi realizado um levantamento de mercado visando identificar empresas especializadas que atuam nesse segmento, bem como os parâmetros de preço, prazos e condições técnicas praticadas no setor.

1. Pesquisa de Fornecedores

1.1. O levantamento foi conduzido por meio de pesquisa em bases públicas de contratações, consultas a fornecedores especializados e obtenção de cotações de empresas atuantes no setor de manutenção de sistemas elétricos de média e baixa tensão.

1.2. Foram analisadas contratações semelhantes realizadas por órgãos públicos, além da consulta direta a empresas do mercado para verificar a disponibilidade do serviço e as condições de fornecimento.

1.3. Como referência, foram obtidos três orçamentos de empresas especializadas, garantindo uma análise comparativa dos valores praticados e das especificações técnicas exigidas para a execução dos serviços.

2. Identificação das Condições de Mercado

2.1. As empresas consultadas apresentaram orçamentos compatíveis com as exigências normativas e operacionais necessárias, assegurando o atendimento à NBR 14039 (Instalações Elétricas de Média Tensão), NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão) e NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade).

2.2. A pesquisa identificou que o serviço pode ser contratado de forma integrada, sem necessidade de fracionamento, visto que a execução deve seguir uma abordagem unificada para garantir a segurança e o correto funcionamento das instalações elétricas.

2.3. Os orçamentos levantados indicam que os custos podem variar conforme a complexidade da manutenção necessária, incluindo inspeções, ajustes, substituição de componentes e emissão de laudos técnicos.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Os serviços serão executados por demanda, incluindo fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, insumos e tudo que se faça necessário e adequado à perfeita execução dos serviços, em caráter não continuado, sem Dedicção Exclusiva de Mão-de-Obra.

6.2 A presente contratação tem por objetivo a execução de serviços especializados de **manutenção preventiva e corretiva em uma cabine primária e duas cabines secundárias**, garantindo o pleno funcionamento das instalações elétricas e a segurança operacional dos sistemas de média e baixa tensão. A solução prevê a realização de inspeções técnicas, testes, ajustes, substituição de componentes defeituosos e a emissão de laudos técnicos conforme as normas vigentes, especialmente a **NBR 14039 (Instalações Elétricas de Média Tensão), NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão) e NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade)**.

6.3 A Contratada deverá fornecer todos os equipamentos e materiais necessários à boa execução dos serviços, inclusive uniformes, EPIs, materiais e insumos e o emprego de ferramentas e equipamentos.

6.4 A solução optada é a contratação de empresa especializada para procedimentos de **manutenção preventiva e corretiva em uma cabine primária e duas cabines secundárias** da Corregedoria, na sua Sede, devendo ser atendidas as normativas inerentes elencadas.

6.5. Escopo dos Serviços

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE
01	CABINE ENTRADA E MEDIÇÃO		
1.1	LIMPEZA GERAL DA CABINE	M²	36
1.2	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM CHAVES SECCIONADORAS DE MÉDIA TENSÃO. ENSAIO DE RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO, RESISTÊNCIA DE CONTATOS, AJUSTE SEM MECANISMOS, LUBRIFICAÇÃO E LIMPEZA GERAL.	UNID	4
1.3	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM DISJUNTORES DE MÉDIA TENSÃO. ENSAIO DE RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO, RESISTÊNCIA DE CONTATOS, TESTES FUNCIONAIS, INSPEÇÃO DO NÍVEL DO ÓLEO E LIMPEZA GERAL.	UNID	1
1.4	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM CONJUNTO DE TCS E TPS DE PROTEÇÃO. MEDIÇÃO DE RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO, VERIFICAÇÃO DE CONTINUIDADE, REAPERTO GERAL DE CONEXÕES E LIMPEZA.	UNID	1
1.5	MANUTENÇÃO PREVENTIVA RAMAIS SUBTERRÂNEOS DE MÉDIA TENSÃO. LIMPEZA GERAL, VERIFICAÇÃO E REAPERTO DE CONEXÕES, MEDIÇÃO E RELATÓRIO DA ISOLAÇÃO ELÉTRICA (MEGGER) E VERIFICAÇÃO DE TERMINAIS, PARA-RAIOS E MUFLAS.	UNID	2
1.6	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM TRANSFORMADORES. LIMPEZA GERAL, VERIFICAÇÃO E REAPERTO DE CONEXÕES E VERIFICAÇÃO DE TERMINAIS E MUFLAS.	UNID	2
1.7	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SISTEMA DE ATERRAMENTO. LIMPEZA GERAL, VERIFICAÇÃO E REAPERTO DE CONEXÕES, MEDIÇÃO DA RESISTÊNCIA ELÉTRICA (MICROOHMMÍTERO E/OU TERROMETRO), VERIFICAÇÃO DE TERMINAIS E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO CONFORME NBR 5419.	UNID	1
1.8	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE NOBREAK DE 1000W/220V.	UNID	1
02	CABINE TRANSFORMAÇÃO		
2.1	LIMPEZA GERAL DA CABINE	M²	30
2.2	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM CHAVES SECCIONADORAS DE MÉDIA TENSÃO. ENSAIO DE RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO, RESISTÊNCIA DE CONTATOS, AJUSTES EM MECANISMOS, LUBRIFICAÇÃO E LIMPEZA GERAL.	UNID	2

2.3	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM DISJUNTORES DE MÉDIA TENSÃO. ENSAIO DE RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO, RESISTÊNCIA DE CONTATOS, TESTES FUNCIONAIS E LIMPEZA GERAL.	UNID	1
2.4	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM CONJUNTO DE TPS DE PROTEÇÃO. MEDIÇÃO DE RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO, VERIFICAÇÃO DE CONTINUIDADE, REAPERTO GERAL DE CONEXÕES, SUBSTITUIÇÃO DO FUSÍVEL DE VIDRO E LIMPEZA.	UNID	1
2.5	MANUTENÇÃO PREVENTIVA RAMAIS SUBTERRÂNEOS DE MÉDIA TENSÃO. LIMPEZA GERAL, VERIFICAÇÃO E REAPERTO DE CONEXÕES, MEDIÇÃO E RELATÓRIO DA ISOLAÇÃO ELÉTRICA (MEGGER) E VERIFICAÇÃO DE TERMINAIS, PARA-RAIOS E MUFLAS.	UNID	1
2.6	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM TRANSFORMADORES. LIMPEZA GERAL, VERIFICAÇÃO E REAPERTO DE CONEXÕES E VERIFICAÇÃO DE TERMINAIS E MUFLAS.	UNID	1
2.7	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SISTEMA DE ATERRAMENTO. LIMPEZA GERAL, VERIFICAÇÃO E REAPERTO DE CONEXÕES, MEDIÇÃO DA RESISTÊNCIA ELÉTRICA (MICROOHMMÍTERO E/OU TERROMETRO), VERIFICAÇÃO DE TERMINAIS E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO CONFORME NBR 5419.	UNID	1
2.8	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE NOBREAK DE 1000W/220V	UNID	1
2.9	IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJE COM MANTA ASFÁLTICA ESPESSURA 4MM	M²	36
2.10	PINTURA EM LAJE, PARTE INTERNA, TINTA LÁTEX ACRÍLICO BRANCO, ATÉ 3 DEMÃOS	M²	36
03	CABINE TRANSFORMAÇÃO - 2		
3.1	LIMPEZA GERAL DA CABINE	M²	20
3.2	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM CHAVES SECCIONADORAS DE MÉDIA TENSÃO. ENSAIO DE RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO, RESISTÊNCIA DE CONTATOS, AJUSTES EM MECANISMOS, LUBRIFICAÇÃO E LIMPEZA GERAL.	UNID	1
3.3	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM DISJUNTORES DE MÉDIA TENSÃO. ENSAIO DE RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO, RESISTÊNCIA DE CONTATOS, TESTES FUNCIONAIS E LIMPEZA GERAL.	UNID	1
3.4	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM CONJUNTO DE TPS DE PROTEÇÃO. MEDIÇÃO DE RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO, VERIFICAÇÃO DE CONTINUIDADE, REAPERTO GERAL DE CONEXÕES, SUBSTITUIÇÃO DO FUSÍVEL DE VIDRO E LIMPEZA.	UNID	1
3.5	MANUTENÇÃO PREVENTIVA RAMAIS SUBTERRÂNEOS DE MÉDIA TENSÃO. LIMPEZA GERAL, VERIFICAÇÃO E REAPERTO DE CONEXÕES, MEDIÇÃO E RELATÓRIO DA ISOLAÇÃO ELÉTRICA (MEGGER) E VERIFICAÇÃO DE TERMINAIS, PARA-RAIOS E MUFLAS.	UNID	1

3.6	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM TRANSFORMADORES. LIMPEZA GERAL, VERIFICAÇÃO E REAPERTO DE CONEXÕES E VERIFICAÇÃO DE TERMINAIS E MUFLAS.	UNID	1
3.7	MANUTENÇÃO PREVENTIVA SISTEMA DE ATERRAMENTO. LIMPEZA GERAL, VERIFICAÇÃO E REAPERTO DE CONEXÕES, MEDIÇÃO DA RESISTÊNCIA ELÉTRICA (MICROOHMMÍTERO E/OU TERROMETRO), VERIFICAÇÃO DE TERMINAIS E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO CONFORME NBR 5419.	UNID	1
04	EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO		
4.1	ENSAIO EM TAPETE DE BORRACHA ISOLANTE ELÉTRICO DE 1000 X 1000 MM	UNID	7
4.2	TAPETE DE BORRACHA ISOLANTE ELÉTRICO DE 1000 X 1000 MM	PAR	3
4.3	LUVA DE COURO PARA PROTEÇÃO DE LUVA ISOLANTE	PAR	3
4.4	ENSAIO EM LUVA ISOLANTE DE BORRACHA, ACIMA DE 10 ATÉ 20 KV	PAR	3
4.5	LUVA ISOLANTE DE BORRACHA, ACIMA DE 10 ATÉ 20 KV	PAR	3
4.6	MACACÃO ANTICHAMA, NR-10, RISCO 2	UNID	1
4.7	BOTINA MICROFIBRA COM BICO COMPOSITE 42, ELÁSTICO, PRETO OU SIMILAR PARA ELETRICISTA E USO GERAL	PAR	1
4.8	DETECTOR DE ALTA TENSÃO POR APROXIMAÇÃO, FIXAÇÃO EM BASTÃO	UNID	1
4.9	ENSAIO EM BASTÃO DE MÉDIA TENSÃO	UNID	3
4.10	PROTETOR FACIAL CONTRA ARCO ELÉTRICO RISCO 2, COM CAPACETE BRANCO	UNID	1

6.5.1. Manutenção Preventiva

- 1.1.1. Inspeção visual e termográfica dos componentes da cabine primária e secundárias;
- 1.1.2. Verificação do estado dos barramentos, conexões e disjuntores;
- 1.1.3. Limpeza e reaperto de conexões elétricas e mecânicas;
- 1.1.4. Teste de operação dos sistemas de proteção e manobra;
- 1.1.5. Medição de resistência de isolamento e continuidade elétrica;
- 1.1.6. Avaliação do sistema de aterramento e adequação às normas vigentes.

6.5.2. Manutenção Corretiva

- 1.2.1. Diagnóstico e substituição de componentes desgastados ou danificados;
- 1.2.2. Reparo ou troca de disjuntores, fusíveis, transformadores, barramentos e outros dispositivos essenciais;

1.2.3. Restauração do isolamento e proteção contra sobrecarga;

1.2.4. Ajustes e calibração dos equipamentos conforme as especificações técnicas. 1.3. Emissão de Laudos e Relatórios Técnicos

1.3.1. Elaboração de relatório detalhado das condições da cabine primária e das duas cabines secundárias; 1.3.2. Emissão de laudo técnico com recomendações de melhorias e adequações;

1.3.3. Registro fotográfico das manutenções realizadas;

1.3.4. Atestado de conformidade dos serviços executados.

6.6. Justificativa da Solução

6.6.1. A manutenção das cabines elétricas é fundamental para evitar falhas no fornecimento de energia, minimizar riscos de curtos-circuitos, incêndios e interrupções inesperadas, além de garantir a segurança dos operadores e a preservação dos equipamentos.

6.6.2. A adoção de um plano de manutenção adequado reduz custos com reparos emergenciais e prolonga a vida útil dos equipamentos, garantindo a confiabilidade do sistema elétrico e a continuidade das operações no local.

6.6.3. A solução proposta atende às diretrizes técnicas e regulatórias exigidas, assegurando que as cabines estejam em conformidade com as normas aplicáveis e operem dentro dos padrões de eficiência e segurança exigidos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A Equipe de Planejamento da Contratação estabeleceu conjuntamente critérios objetivos para a definição dos serviços a serem contratados e indicados no presente estudo. Esses critérios são baseados na necessidade da Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

7.2. Este serviço será executado na área onde estão alocadas as subestações de energia nesta Unidade Corregedora.

7.3. Tratando-se do quantitativo, será executado conforme descrito abaixo:

7.4. A contratação em questão refere-se à execução de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva em uma cabine primária e duas cabines secundárias, conforme descrito no escopo do projeto.

7.4.1. Escopo da Contratação

A estimativa baseia-se na necessidade de realizar serviços periódicos de manutenção nos equipamentos e sistemas elétricos, garantindo o funcionamento seguro e eficiente das instalações. A quantidade a ser contratada considera:

7.4.1.1. Manutenção Preventiva abrangendo:

7.4.1.1.2. Inspeção completa da cabine primária e das duas cabines secundárias;

7.4.1.1.3. Verificação de conexões, barramentos, dispositivos de proteção e componentes elétricos;

7.4.1.1.4. Limpeza, reaperto e ajustes necessários para o bom funcionamento dos sistemas;

7.4.1.1.5. Testes de resistência de isolamento, continuidade elétrica e aterramento;

7.4.1.1.6. Emissão de laudo técnico detalhado sobre as condições dos equipamentos.

7.4.1.2 Manutenção Corretiva – Serviço sob demanda, conforme necessidade identificada durante a manutenção preventiva ou em situações emergenciais, incluindo:

7.4.1.2.1. Substituição de componentes desgastados ou danificados, como disjuntores, fusíveis, barramentos e isoladores;

7.4.1.2.2. Correção de falhas elétricas identificadas;

7.4.1.2.3. Reparo ou substituição de equipamentos de proteção e controle;

7.4.1.2.4. Intervenções emergenciais para garantir a continuidade do fornecimento de energia.

7.4.2. Justificativa da Quantidade Estimada

7.4.2.1. A quantidade de serviços prevista considera a necessidade de uma manutenção preventiva anual para assegurar a integridade e funcionalidade dos sistemas elétricos, conforme as normas técnicas vigentes (NBR 14039, NBR 5410 e NR-10). Além disso, a manutenção corretiva será contratada sob demanda, evitando custos desnecessários e permitindo ajustes conforme as necessidades operacionais das cabines. A estimativa foi definida com base em análises técnicas, histórico de intervenções anteriores e recomendações de boas práticas para a manutenção de instalações elétricas.

7.5. Deverá ser emitido ART (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) junto ao Órgão competente.

8. Estimativa do Valor da Contratação

1. Metodologia de Cálculo

1.1. Para a estimativa do valor da contratação dos **serviços de manutenção preventiva e corretiva em uma cabine primária e duas cabines secundárias**, foram considerados **orçamentos de mercado obtidos junto a empresas especializadas no setor elétrico**, bem como parâmetros de contratações similares realizadas por órgãos públicos.

1.2. A metodologia adotada para a estimativa de custos incluiu:

1.2.1. Consulta a pelo menos três fornecedores qualificados, garantindo uma base comparativa confiável para análise de preços;

1.2.2. Análise de contratos e licitações anteriores de serviços equivalentes, observando valores praticados e eventuais reajustes;

1.2.3. Consideração dos custos diretos e indiretos, incluindo mão de obra especializada, deslocamento, materiais de reposição e taxas administrativas.

2. Composição do Valor Estimado

2.1. O valor estimado para a contratação engloba os seguintes serviços:

2.1.1. Manutenção Preventiva (programada): Inspeção completa, testes elétricos, reapertos, limpeza e emissão de laudo técnico das cabines.

2.1.2. Manutenção Corretiva (sob demanda): Intervenção técnica emergencial, substituição de componentes danificados e ajustes necessários ao funcionamento seguro das cabines.

2.2. O custo total foi calculado considerando a **frequência das manutenções**, os equipamentos envolvidos e o tempo estimado para execução dos serviços.

3. Justificativa do Valor Estimado

3.1. A estimativa do valor da contratação visa garantir que o processo seja realizado **de forma transparente e dentro dos princípios da economicidade e eficiência**, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. A escolha do fornecedor seguirá critérios técnicos e financeiros, assegurando que a empresa contratada possua **capacidade** comprovada para a execução dos serviços com qualidade e segurança.

4. O custo estimado total da contratação é de R\$ 46.912,06 (quarenta e seis mil, novecentos e doze reais e seis centavos, conforme custos unitários apostos em anexo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não há o que se falar de parcelamento da solução, pois, esta é única e indivisível, sem necessidade de ser separada em itens, ainda mais por ser caracterizada como serviço continuado.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há processos em aberto ou com eminência de serem formalizados que tenham alguma correlação ou interdependência com a demanda elencada nesse ETP.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Não será admitida a subcontratação.

12. Resultados Pretendidos

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de serviços de manutenção para uma cabine primária e duas cabines secundárias é uma ação estratégica que traz uma série de benefícios significativos para a operação e a segurança do sistema elétrico. A seguir, destacamos os principais benefícios que podem ser alcançados com essa contratação:

1. Aumento da Confiabilidade do Sistema: A manutenção regular e adequada das cabines elétricas é fundamental para garantir a confiabilidade do fornecimento de energia. Com serviços de manutenção programados, é possível identificar e corrigir falhas antes que se tornem problemas críticos, reduzindo o risco de interrupções no fornecimento de energia.

2. Melhoria na Segurança Operacional: A manutenção preventiva e corretiva das cabines contribui para a segurança dos colaboradores e usuários. A identificação de potenciais riscos e a realização de reparos adequados minimizam a probabilidade de acidentes e garantem um ambiente de trabalho seguro.

3. Eficiência Energética: A manutenção adequada das cabines primária e secundárias pode resultar em uma operação mais eficiente, reduzindo perdas de energia e melhorando o desempenho geral do sistema elétrico. Isso não apenas contribui para a sustentabilidade, mas também pode resultar em economia de custos operacionais.

4. Prolongamento da Vida Útil dos Equipamentos: Serviços de manutenção regulares ajudam a preservar a integridade das cabines, prolongando sua vida útil. Isso significa que a empresa poderá evitar investimentos frequentes em novos equipamentos, resultando em economia a longo prazo.

5. Atendimento às Normas e Regulamentações: A contratação de serviços especializados garante que as manutenções sejam realizadas em conformidade com as normas e regulamentações vigentes. Isso é essencial para evitar penalidades e garantir que a empresa opere dentro dos padrões exigidos pelo setor.

6. Melhoria na Qualidade do Serviço: Com a manutenção adequada, a qualidade do fornecimento de energia é aprimorada, resultando em maior satisfação dos usuários finais. Um sistema elétrico confiável e eficiente é fundamental para a reputação da empresa e para a fidelização dos clientes.

7. Planejamento e Gestão Eficiente: A contratação de serviços de manutenção permite um melhor planejamento das atividades operacionais. Com um cronograma de manutenção bem definido, a empresa pode gerenciar melhor seus recursos e minimizar impactos nas operações diárias.

Em resumo, a contratação para o serviço de manutenção de uma cabine primária e duas cabines secundárias traz benefícios significativos que impactam diretamente a eficiência, a segurança e a sustentabilidade do sistema elétrico. Esses benefícios justificam a necessidade de investimento em serviços de manutenção de qualidade, assegurando que a empresa continue a operar de forma eficaz e responsável. Portanto, solicitamos a aprovação para essa contratação, visando maximizar os resultados e garantir a continuidade do fornecimento de energia de forma segura e confiável. Pretende-se que os serviços mantenham o equipamento funcionando dentro das normativas inerentes, visando que as manutenções preventivas e corretivas, quando forem necessárias, contemplem todas as demandas necessárias a fim de que o sistema elétrico dependente funcione dentro da sua capacidade adequada.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Elaboração do processo respectivo, com a maior quantidade de detalhes possíveis a fim de basear a confecção do futuro contrato.

13.2. A Unidade já dispõe das condições e infraestrutura adequadas para a plena execução dos serviços pela Contratada, não havendo, portanto, há necessidade de readequações ou reestruturação do ambiente onde o serviço será prestado. A manutenção de uma cabine primária e duas cabines secundárias é uma atividade essencial para garantir a eficiência e a segurança do sistema elétrico. Para assegurar que esse serviço seja realizado de forma eficaz e dentro dos padrões exigidos, é necessário adotar uma série de providências. A seguir, apresentamos as principais ações a serem implementadas:

1. Planejamento Detalhado: É fundamental elaborar um planejamento detalhado que inclua cronogramas de manutenção, especificações técnicas e recursos necessários. Esse planejamento deve considerar as características específicas de cada cabine e as demandas operacionais da empresa, garantindo que as manutenções sejam realizadas em momentos estratégicos para minimizar interrupções.

2. Seleção de Fornecedores Qualificados: A escolha de fornecedores e prestadores de serviços deve ser feita com base em critérios rigorosos, como experiência, certificações e referências. A contratação de empresas especializadas em manutenção de cabines elétricas é crucial para garantir a qualidade e a segurança dos serviços prestados.

3. Avaliação de Riscos: Antes de iniciar os serviços de manutenção, é necessário realizar uma avaliação de riscos para identificar potenciais perigos associados às atividades. Essa análise deve resultar em um plano de mitigação que assegure a segurança dos trabalhadores e a integridade dos equipamentos.

4. Treinamento da Equipe: A capacitação da equipe envolvida na manutenção é essencial. Todos os profissionais devem receber treinamento adequado sobre procedimentos de segurança, manuseio de equipamentos e técnicas de manutenção específicas para cabines elétricas. Isso garantirá que as atividades sejam realizadas de forma segura e eficiente.

5. Comunicação e Coordenação: Estabelecer uma comunicação clara entre todas as partes envolvidas é fundamental. Isso inclui a coordenação entre as equipes de manutenção, supervisão e gestão, garantindo que todos estejam alinhados quanto aos objetivos e cronogramas das atividades.

6. Monitoramento e Registro: Durante a execução dos serviços, é importante monitorar o progresso das atividades e registrar todas as intervenções realizadas. Isso permitirá uma avaliação posterior da eficácia das manutenções e facilitará a identificação de áreas que necessitam de melhorias.

7. Inspeção Final e Relatório: Após a conclusão dos serviços, deve ser realizada uma inspeção final para garantir que todas as atividades foram executadas conforme o planejado. Um relatório detalhado deve ser elaborado, documentando os serviços realizados, as condições das cabines e quaisquer recomendações para futuras manutenções.

8. Feedback e Melhoria Contínua: Por fim, é essencial coletar feedback da equipe envolvida e dos usuários finais sobre a qualidade dos serviços prestados. Essa informação será valiosa para implementar melhorias contínuas nos processos de manutenção e garantir a eficácia das futuras contratações.

Em suma, a adoção dessas providências é fundamental para garantir a realização eficaz do serviço de manutenção da cabine primária e das cabines secundárias, assegurando a continuidade do fornecimento de energia elétrica de forma segura e confiável. Portanto, solicitamos a aprovação para a implementação dessas ações, visando maximizar a eficiência e a segurança do sistema elétrico.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. O presente estudo tem como objetivo identificar e analisar os possíveis impactos ambientais decorrentes da manutenção de uma cabine primária e duas cabines secundárias no município de São Paulo. A manutenção dessas instalações é essencial para garantir a eficiência do sistema elétrico, mas pode gerar efeitos adversos ao meio ambiente se não forem implementadas medidas adequadas.

1. Descrição das Atividades

A manutenção das cabines envolve atividades como inspeção, limpeza, reparos e substituição de componentes. Essas ações podem incluir o uso de produtos químicos, geração de resíduos sólidos e líquidos, além do transporte de equipamentos pesados.

2. Possíveis Impactos Ambientais

2.1. Poluição do solo: O uso inadequado de óleos, graxas e outros produtos químicos pode resultar em contaminação do solo. Vazamentos ou derramamentos durante a manutenção podem comprometer a qualidade do solo local.

2.2. Poluição da Água: A lavagem de equipamentos e a disposição restrita de resíduos líquidos podem levar à contaminação dos corpos hídricos próximos. É fundamental garantir que os efluentes sejam tratados antes do descarte.

2.3. Emissões atmosféricas: A utilização de geradores ou máquinas pesadas durante a manutenção pode resultar na emissão de emissões atmosféricas, contribuindo para a manipulação da qualidade do ar.

2.4. Ruído: As atividades de manutenção podem gerar níveis elevados de ruído, impactando a fauna local e as comunidades vizinhas. É importante monitorar os níveis sonoros e adotar medidas mitigadoras quando necessário.

2.5. Impacto na Biodiversidade: Dependendo da localização das cabines, as atividades podem afetar habitats naturais e espécies locais. A preservação da flora e da fauna deve ser considerada nas etapas de planejamento.

3. Medidas Mitigadoras

Para minimizar os impactos identificados, recomenda-se:

3.1. Implementar um plano de gerenciamento de resíduos que inclua a coleta seletiva e o descarte adequado dos materiais.

3.2. Utilize produtos menos contrabandeados ao meio ambiente sempre que possível.

3.3. Realizar treinamentos com a equipe envolvida nas atividades para garantir o cumprimento das normas ambientais.

3.4. Monitorar continuamente as emissões atmosféricas e os níveis sonoros durante as operações.

14.2. As boas práticas ambientais de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em obrigações e responsabilidades, que deverão ser observadas pela contratada: redução no consumo de energia elétrica; utilizar pilhas recarregáveis, se possível, e baterias, que atendam os requisitos das normativas inerentes, principalmente a Resolução CONAMA nº 401/2008, nos equipamentos que necessitem desses itens, devendo haver o descarte correto; destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que forem

utilizados na prestação de serviços e que não possuam mais vida útil; orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pela contratante, além de adotar práticas de sustentabilidade e racionalização no uso de materiais e serviços; e conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Justificativa da Viabilidade

A manutenção adequada das cabines primárias e secundárias é fundamental para garantir a continuidade e a eficiência do fornecimento de energia elétrica, além de garantir a segurança operacional e a conformidade com as normas regulatórias. Este documento apresenta uma justificativa de opções para a realização dos serviços de manutenção, considerando aspectos técnicos, econômicos e ambientais.

1. Importância da Manutenção: As cabines elétricas desempenham um papel crucial na distribuição de energia, sendo responsáveis pela transformação e controle da tensão elétrica. A falta de manutenção pode levar a falhas operacionais, temporárias sem energia e riscos à segurança dos trabalhadores e da comunidade. Portanto, a realização periódica de manutenções preventivas e corretivas é essencial para:

1.1. Garantir a Confiabilidade do Sistema: A manutenção regular reduz o risco de falhas inesperadas, garantindo que o sistema opere dentro dos padrões estabelecidos. **1.2. Aumentar a Vida Útil dos Equipamentos:** Intervenções programadas ajudam a identificar desgastes e problemas antes que se tornem críticos, prolongando a vida útil das cabines.

1.3. Reduzir Custos Operacionais: Embora haja um investimento inicial em manutenção, os custos associados à inatividade do sistema ou à necessidade de reparos emergenciais são significativamente maiores.

2. Aspectos Econômicos

A análise econômica demonstra que o investimento em serviços de manutenção é viável e justificado pelos seguintes fatores:

2.1. Retorno sobre Investimento (ROI): A redução nas interrupções do serviço resulta em economia significativa, tanto para a empresa quanto para os consumidores finais.

2.2. Minimização de Multas e Penalidades: O não cumprimento das normas regulatórias pode resultar em prejuízos financeiros. A manutenção adequada ajuda a evitar esses custos adicionais.

2.3. Valorização do Ativo: Manter as cabines em bom estado contribui para a valorização do ativo da empresa, refletindo positivamente na sua imagem perante investidores e clientes.

3. Aspectos Ambientais

A realização da manutenção também deve considerar os impactos ambientais associados. Um plano bem estruturado pode mitigar riscos como poluição do solo e da água, garantindo que as atividades sejam realizadas em conformidade com as legislações ambientais vigentes.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

DIONIZIO ALVES VIEIRA

Aux Logística



Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 16:33:00.

MATRIZ DE RISCOS



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)
e apresente sua proposta

ESP-CORREGEDORIA DA POLICIA MILITAR

Matriz de Gerenciamento de Riscos 58/2025

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
58/2025	DIONIZIO ALVES VIEIRA	24/10/2025 13:30
Status da Matriz de Alocação de Riscos		
Assinado (Planejamento)		
Objeto da Matriz de Riscos		
Manutenção na cabine primária da CORREGEDORIA PM		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Risco de Acidente Elétrico	Falha no procedimento de desligamento e bloqueio da energia, resultando em choque elétrico ou eletrocussão dos trabalhadores.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	
	Impactos					
1	Impacto na Segurança dos Trabalhadores: Acidentes elétricos podem causar ferimentos graves ou até fatais, comprometendo a integridade física e a saúde dos profissionais envolvidos.					
	Ações Preventivas					
P-01	Verificar se a empresa possui experiência comprovada em serviços semelhantes, com certificações técnicas e registros atualizados nos órgãos competentes (CREA, certificações ISO, entre outras). Confirmar o atendimento às normas da ABNT e a capacitação dos profissionais, especialmente em segurança elétrica (NR-10). Responsável: DIONIZIO ALVES VIEIRA					
	Ações de Contingência					
C-01	Desenvolver e manter um plano de emergência específico para intervenções na cabine, que inclua procedimentos claros para situações como choque elétrico, incêndio, explosão ou falha no sistema elétrico. Responsável: STHEFANIE CANDIDO PINHEIRO					

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Risco de Incêndio ou Explosão	Manutenção inadequada ou falha na limpeza dos componentes, que pode gerar curto-circuito e provocar incêndio na cabine.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	
	Impactos					
1	Impacto na Segurança Patrimonial: Incêndios ou explosões causados por falhas na manutenção podem provocar danos significativos à infraestrutura do prédio e equipamentos, gerando altos custos de reparo.					
	Ações Preventivas					
P-01	Solicitar e analisar documentos legais, tais como alvarás, certificados de segurança do trabalho, atestados de capacidade técnica, e comprovação do treinamento dos colaboradores. Responsável: DIONIZIO ALVES VIEIRA					
	Ações de Contingência					
C-01	Capacitar a equipe para atuar em primeiros socorros e para responder rapidamente a emergências elétricas, incluindo uso de desfibriladores, combate a incêndios e evacuação. Responsável: STHEFANIE CANDIDO PINHEIRO					

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Risco de Danos ao Equipamento	Operação incorreta ou uso de ferramentas inadequadas que causem danos permanentes aos transformadores, relés de proteção ou outros componentes críticos.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	
	Impactos					
1	Interrupção das Atividades Operacionais: Quedas no fornecimento de energia podem paralisar as atividades da Corregedoria da Polícia Militar, afetando a segurança pública e a continuidade dos serviços essenciais.					
	Ações Preventivas					
P-01	Garantir que todos os profissionais envolvidos tenham treinamentos específicos para atuação em média tensão, incluindo segurança pessoal, procedimentos operacionais e resposta a Responsável: DIONIZIO ALVES VIEIRA					

emergências.

Ações de Contingência

C-01 Disponibilizar e manter em condições operacionais extintores apropriados para incêndios elétricos (classe C), além de equipamentos complementares, como mantas anti-chamas. **Responsável:** STHEFANIE CANDIDO PINHEIRO

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Risco de Interrupção Involuntária do Fornecimento de Energia	Falha durante o serviço que provoque a queda do sistema elétrico dos prédios, prejudicando as operações da Corregedoria da Polícia Militar.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	

Impactos

1 Deterioração da Imagem Institucional: Problemas decorrentes da má execução dos serviços podem afetar a reputação da organização perante a sociedade e órgãos reguladores.

Ações Preventivas

P-01 Definir um plano detalhado que inclua etapas do serviço, cronograma, metodologias, utilização de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e EPIc (Equipamentos de Proteção Coletiva), além de procedimentos para isolamento e bloqueio de energia. **Responsável:** DIONIZIO ALVES VIEIRA

Ações de Contingência

C-01 Garantir meios de comunicação rápida e eficaz entre os trabalhadores, supervisores e serviços de emergência para agilizar o acionamento de socorros e suporte técnico. **Responsável:** STHEFANIE CANDIDO PINHEIRO

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Risco Legal e Contratual	Contratação de empresa sem documentação regularizada, o que pode gerar multas, penalidades e problemas judiciais.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	

Impactos

1 Problemas decorrentes da má execução dos serviços podem afetar a reputação da organização perante a sociedade e órgãos reguladores.

Ações Preventivas

P-01 Designar responsável técnico para acompanhar a execução dos serviços, assegurando o cumprimento das normas e a qualidade do trabalho. **Responsável:** DIONIZIO ALVES VIEIRA

Ações de Contingência

C-01 Ter protocolos definidos para o desligamento emergencial da energia da cabine, minimizando riscos para os trabalhadores e o patrimônio. **Responsável:** STHEFANIE CANDIDO PINHEIRO

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Risco Financeiro	Contratação de empresa com proposta muito abaixo do mercado, que pode resultar em baixa qualidade do serviço e custos adicionais futuros.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	

Impactos

1 Prejuízos Financeiros: Danos ao equipamento, retrabalho, multas e ações judiciais podem gerar despesas inesperadas e onerar o orçamento da instituição.

Ações Preventivas

P-01 Registrar todas as etapas da manutenção, anotar não conformidades e providências adotadas, garantindo rastreabilidade e facilitando futuras manutenções. **Responsável:** DIONIZIO ALVES VIEIRA

Ações de Contingência

C-01 Realizar revisões regulares dos planos de contingência com base em avaliações de riscos, mudanças na infraestrutura e feedback da equipe. **Responsável:** STHEFANIE CANDIDO PINHEIRO

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

DIONIZIO ALVES VIEIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 14:43:39.

STHEFANIE CANDIDO PINHEIRO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 15:07:14.

MODELO DE NOTA DE EMPENHO



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)
e apresente sua proposta



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2026NE00xxx

UG	180184 - CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR				
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO				
Data de Emissão					

CNPJ/CPF/UG					
Credor					
Endereço					
Cidade		UF	SP	CEP	

Origem Material					
-----------------	--	--	--	--	--

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
						000.000.0100	

No Processo		Acordo			
Tipo de Empenho		Ref Dispensa			
Licitação		Modalidade			
Empenho Orig.		Nº Contrato		Nº OC	

Valor do Empenho R\$					
----------------------	--	--	--	--	--

Cronograma		
	Mês	Valor

Sequência		Item		Unid. Forn.	
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total	
Descrição					

Sequência		Item		Unid. Forn.	
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total	
Descrição					



Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	
Local de Entrega	
Data de Entrega	

Responsável pela emissão	
--------------------------	--

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTRATO



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)
e apresente sua proposta



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184



TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇO – LICITAÇÃO

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

CORREGEDORIA DA PM

UASG 180184

PROCESSO Nº 20260426083

CONTRATO CORREGPM Nº/223/26

TERMO DE CONTRATO, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO, POR MEIO DA CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR E A EMPRESA,

TENDO POR OBJETIVO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE SUBESTAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA (CABINE PRIMÁRIA) DESTA CORREGEDORIA PM CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 20/2026.

O Estado de São Paulo, por intermédio da Corregedoria da Polícia Militar, com sede na Rua: Alfredo Maia – nº 58 – Bairro Luz – Cep nº 01.106-010, na cidade de São Paulo/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 04.198.514/0040-60, neste ato representado pelo Senhor Coronel PM Leandro Garcia Souza, CPF nº 179.986.458-81, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXX, sediado na Rua: XXXXXXXXXXXXXXXXXX – nº XXX – Jardim XXXXX, na cidade de São Paulo/XXX, doravante designado o CONTRATADO, neste ato representado por XXXXXXXXXX, na função de Representante inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXX, conforme atos constitutivos, tendo em vista o que consta no Processo nº 20260426083 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico nº 90015/2026*, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184



CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de prestação de serviços de manutenção completa de extintores de incêndio, incluindo recarga, substituição de peças, teste hidrostático e pintura, quando necessário, de acordo com as normas técnicas em vigor (ABNT12.962/INMETRO), de acordo com o Termo de Referência Nº 008/2026, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE
1	CABINE ENTRADA GERAL E MEDIÇÃO		
1.1	Limpeza geral da Cabine	M²	36
1.2	Manutenção preventiva em chaves seccionadoras de média tensão, ensaio de resistência de isolamento, resistência de contatos, ajuste sem mecanismos, lubrificação e limpeza geral	UNID	4
1.3	Manutenção preventiva em disjuntores de média tensão. Ensaio de resistência de isolamento, resistência de contatos, testes funcionais, inspeção do nível do óleo e limpeza geral.	UNID	1
1.4	Manutenção preventiva em conjunto de TCS e TPS de proteção. Medição de resistência de isolamento, verificação de continua, reaperto geral de conexões e limpeza.	UNID	1
1.5	Manutenção preventiva ramais subterrâneos de média tensão. Limpeza geral, verificação e reaperto de conexões, medição e relatório da isolação elétrica (megger) e verificação de terminais, para-raios e muflas.	UNID	2
1.6	Manutenção preventiva em transformadores. Limpeza geral, verificação e reaperto de conexões e verificação de terminais e muflas.	UNID	2
1.7	Manutenção preventiva sistema de aterramento. Limpeza geral, verificação e reaperto de conexões, medição da resistência elétrica (microohmímetro e/ou terrometro), verificação de terminais e elaboração de relatório técnico conforme nbr 5419.	UNID	1
1.8	Fornecimento e instalação de nobreak de 1000w/220v.	UNID	1
2	CABINE TRANSFORMAÇÃO - 1		
2.1	Limpeza geral da cabine	M²	30
2.2	Manutenção preventiva em chaves seccionadoras de média tensão. Ensaio de resistência de isolamento, resistência de contatos, ajustes em mecanismos, lubrificação e limpeza geral.	UNID	2
2.3	Manutenção preventiva em disjuntores de média tensão. Ensaio de resistência de isolamento, resistência de contatos, testes funcionais e limpeza geral.	UNID	1



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184



2.4	Manutenção preventiva em conjunto de TPS de proteção. Medição de resistência de isolamento, verificação de continuidade, reaperto geral de conexões, substituição do fusível de vidro e limpeza.	UNID	1
2.5	Manutenção preventiva ramais subterrâneos de média tensão. Limpeza geral, verificação e reaperto de conexões, medição e relatório da isolação elétrica (megger) e verificação de terminais, para-raios e muflas.	UNID	1
2.6	Manutenção preventiva em transformadores. Limpeza geral, verificação e reaperto de conexões e verificação de terminais e muflas.	UNID	1
2.7	Manutenção preventiva sistema de aterramento. Limpeza geral, verificação e reaperto de conexões, medição da resistência elétrica (microohmímetro e/ou terrometro), verificação de terminais e elaboração de relatório técnico conforme NBR 5419.	UNID	1
2.8	Fornecimento e instalação de nobreak de 1000w/220v	UNID	1
2.9	Impermeabilização de laje com manta asfáltica espessura 4mm	M²	36
2.10	Pintura em laje, parte interna, tinta látex acrílico branco, até 03 demãos	M²	36
3	CABINE TRANSFORMAÇÃO - 2		
3.1	Limpeza geral da cabine	M²	20
3.2	Manutenção preventiva em chaves seccionadoras de média tensão. Ensaio de resistência de isolamento, resistência de contatos, ajustes em mecanismos, lubrificação e limpeza geral.	UNID	1
3.3	Manutenção preventiva em disjuntores de média tensão. Ensaio de resistência de isolamento, resistência de contatos, testes funcionais e limpeza geral.	UNID	1
3.4	Manutenção preventiva em conjunto de TPS de proteção. Medição de resistência de isolamento, verificação de continuidade, reaperto geral de conexões, substituição do fusível de vidro e limpeza.	UNID	1
3.5	Manutenção preventiva ramais subterrâneos de média tensão. Limpeza geral, verificação e reaperto de conexões, medição e relatório da isolação elétrica (megger) e verificação de terminais, para-raios e muflas.	UNID	1



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184



3.6	Manutenção preventiva em transformadores. Limpeza geral, verificação e reaperto de conexões e verificação de terminais e muflas	UNID	1
3.7	Manutenção preventiva sistema de aterramento. Limpeza geral, verificação e reaperto de conexões, medição da resistência elétrica (microohmímetro e/ou terrometro), verificação de terminais e elaboração de relatório técnico conforme NBR 5419.	UNID	1
4	EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO		
4.1	Ensaio em tapete de borracha isolante elétrico de 1000 x 1000 mm	UNID	7
4.2	Tapete de borracha isolante elétrico de 1000 x 1000 mm	PAR	3
4.3	Luva de couro para proteção de luva isolante	PAR	3
4.4	Ensaio em luva isolante de borracha, acima de 10 até 20 kv	PAR	3
4.5	Luva isolante de borracha, acima de 10 até 20 kv	PAR	3
4.6	Macacão antichama, nr-10, risco 2	UNID	1
4.7	Botina microfibra com bico composite 42, elástico, preto ou similar para eletricista e uso geral	PAR	1
4.8	Detector de alta tensão por aproximação, fixação em bastão	UNID	1
4.9	Ensaio em bastão de média tensão	UNID	3
4.10	Protetor facial contra arco elétrico risco 2, com capacete branco	UNID	1

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência nº 20/2026;

1.3.2. A Autorização de Contratação Direta e o Aviso de Dispensa Eletrônica, que componham a documentação da presente contratação;

1.3.3. A Proposta do Contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O fornecimento do objeto será com entrega conforme consta na nota de empenho **2026NE00XXX** programado para o término do serviço em **xx de mes 2026**.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184



CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. A execução dos serviços deverá ter início em **XX/XX/2026** e o término em **XX/XX/2026**.
- 2.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato e o gestor do contrato tomar a ciência com autorização do Dirigente.
- 2.2.1. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:
- 2.2.1.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- 2.2.1.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2.2. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.
- 2.3. O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze dias úteis) dias, a contar da data estabelecida para o início dos serviços.
- 2.3.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.
- 2.3.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado.
- 2.3.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.
- 2.3.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
- 2.3.5. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:
- I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência;
- II - Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização;
- 2.3.6. Não obstante o prazo estipulado na subdivisão acima desta cláusula, o contrato será rescindido antes do término do prazo de vigência, sem ônus para o Contratante, caso sobrevenha contratação definitiva, após regular licitação. Ocorrendo a resolução deste contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184



CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ XXXX (xxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irredutíveis pelo prazo de 60 (sessenta) dias contado da data do orçamento estimado, que corresponde a **XX/XX/2026**.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184



8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 02 (dois) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.9. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.1.3. Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184



9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação direta;

9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.13. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.16. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.17. *Alocar os profissionais necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, empregando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*

9.1.18. *Orientar e treinar seus profissionais sobre os deveres previstos na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

9.1.19. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;*

9.1.20. *Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);*

9.1.21. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação,



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184



compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 67.301, de 2022.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no certame ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184



iii. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. Multa:

(1) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 15% a 25% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 2% a 25% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 25% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 2% a 20% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 2% a 15% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações.

(8) De 0,5 % (meio por cento) sobre valor mensal do contrato, em caso de não apresentação, no prazo fixado pela fiscalização contratual, dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato ([art. 50, da Lei nº 14.133, de 2021](#)), nas hipóteses previstas no Termo de Referência.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184



11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

- 12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184



12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.4. Se for constatada irregularidade no certame ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 00001/UASG 180184
- II. Fonte de Recursos: 150010001
- III. Programa de Trabalho: 180402
- IV. Elemento de Despesa: 33903979
- V. Plano Interno: 0100
- VI. Nota de Empenho: **2026NE00XXX**

13.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#) e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

LEANDRO GARCIA SOUZA
Cel PM – DIRIGENTE

MOISÉS EMIDIO DOS SANTOS
Ch Seç Desp Orç e Cust

XXXXXXXXXXXXXX
CPF nº XXXXXXXXXXXX
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- Sgt PM xxxxxxxxxxxxxxxx
CPF nº xxxxxxxxxxxx
Gestor

2 - Cb PM xxxxxxxxxxxxxxxx
CPF nº xxxxxxxxx
Fiscal

MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTA



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)
e apresente sua proposta



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184



ANEXO IV

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA
PREGÃO ELETRÔNICO N° 90015/26
PROCESSO SEI N° 057.00265895/2026-08
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 20260426083

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR R\$
1	CABINE ENTRADA GERAL E MEDIÇÃO			
1.1	Limpeza geral da Cabine	M²	36	
1.2	Manutenção preventiva em chaves seccionadoras de média tensão, ensaio de resistência de isolamento, resistência de contatos, ajuste sem mecanismos, lubrificação e limpeza geral	UNID	4	
1.3	Manutenção preventiva em disjuntores de média tensão. Ensaio de resistência de isolamento, resistência de contatos, testes funcionais, inspeção do nível do óleo e limpeza geral.	UNID	1	
1.4	Manutenção preventiva em conjunto de TCS e TPS de proteção. Medição de resistência de isolamento, verificação de continua, reaperto geral de conexões e limpeza.	UNID	1	
1.5	Manutenção preventiva ramais subterrâneos de média tensão. Limpeza geral, verificação e reaperto de conexões, medição e relatório da isolação elétrica (megger) e verificação de terminais, para-raios e muflas.	UNID	2	
1.6	Manutenção preventiva em transformadores. Limpeza geral, verificação e reaperto de conexões e verificação de terminais e muflas.	UNID	2	
1.7	Manutenção preventiva sistema de aterramento. Limpeza geral, verificação e reaperto de conexões, medição da resistência elétrica (microohmímetro e/ou terrometro), verificação de terminais e elaboração de relatório técnico conforme nbr 5419.	UNID	1	
1.8	Fornecimento e instalação de nobreak de 1000w/220v.	UNID	1	
2	CABINE TRANSFORMAÇÃO - 1			
2.1	Limpeza geral da cabine	M²	30	
2.2	Manutenção preventiva em chaves seccionadoras de média tensão. Ensaio de resistência de isolamento, resistência de contatos, ajustes em mecanismos, lubrificação e limpeza geral.	UNID	2	

2.3	Manutenção preventiva em disjuntores de média tensão. Ensaio de resistência de isolamento, resistência de contatos, testes funcionais e limpeza geral.	UNID	1	
2.4	Manutenção preventiva em conjunto de TPS de proteção. Medição de resistência de isolamento, verificação de continuidade, reaperto geral de conexões, substituição do fusível de vidro e limpeza.	UNID	1	
2.5	Manutenção preventiva ramais subterrâneos de média tensão. Limpeza geral, verificação e reaperto de conexões, medição e relatório da isolação elétrica (megger) e verificação de terminais, para-raios e muflas.	UNID	1	
2.6	Manutenção preventiva em transformadores. Limpeza geral, verificação e reaperto de conexões e verificação de terminais e muflas.	UNID	1	
2.7	Manutenção preventiva sistema de aterramento. Limpeza geral, verificação e reaperto de conexões, medição da resistência elétrica (microohmímetro e/ou terrometro), verificação de terminais e elaboração de relatório técnico conforme NBR 5419.	UNID	1	
2.8	Fornecimento e instalação de nobreak de 1000w/220v	UNID	1	
2.9	Impermeabilização de laje com manta asfáltica espessura 4mm	M²	36	
2.10	Pintura em laje, parte interna, tinta látex acrílico branco, até 03 demãos	M²	36	
3	CABINE TRANSFORMAÇÃO - 2			
3.1	Limpeza geral da cabine	M²	20	
3.2	Manutenção preventiva em chaves seccionadoras de média tensão. Ensaio de resistência de isolamento, resistência de contatos, ajustes em mecanismos, lubrificação e limpeza geral.	UNID	1	
3.3	Manutenção preventiva em disjuntores de média tensão. Ensaio de resistência de isolamento, resistência de contatos, testes funcionais e limpeza geral.	UNID	1	
3.4	Manutenção preventiva em conjunto de TPS de proteção. Medição de resistência de isolamento, verificação de continuidade, reaperto geral de conexões, substituição do fusível de vidro e limpeza.	UNID	1	
3.5	Manutenção preventiva ramais subterrâneos de média tensão. Limpeza geral, verificação e reaperto de conexões, medição e relatório da isolação elétrica (megger) e verificação de	UNID	1	

	terminais, para-raios e muflas.			
3.6	Manutenção preventiva em transformadores. Limpeza geral, verificação e reaperto de conexões e verificação de terminais e muflas	UNID	1	
3.7	Manutenção preventiva sistema de aterramento. Limpeza geral, verificação e reaperto de conexões, medição da resistência elétrica (microohmímetro e/ou terrometro), verificação de terminais e elaboração de relatório técnico conforme NBR 5419.	UNID	1	
4	EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO			
4.1	Ensaio em tapete de borracha isolante elétrico de 1000 x 1000 mm	UNID	7	
4.2	Tapete de borracha isolante elétrico de 1000 x 1000 mm	PAR	3	
4.3	Luva de couro para proteção de luva isolante	PAR	3	
4.4	Ensaio em luva isolante de borracha, acima de 10 até 20 kv	PAR	3	
4.5	Luva isolante de borracha, acima de 10 até 20 kv	PAR	3	
4.6	Macacão antichama, nr-10, risco 2	UNID	1	
4.7	Botina microfibra com bico composite 42, elástico, preto ou similar para eletricista e uso geral	PAR	1	
4.8	Detector de alta tensão por aproximação, fixação em bastão	UNID	1	
4.9	Ensaio em bastão de média tensão	UNID	3	
4.10	Protetor facial contra arco elétrico risco 2, com capacete branco	UNID	1	
VALOR TOTAL R\$				

Resolução nº SSP-05/2026

Trata das sanções aplicáveis no âmbito da
Secretaria de Segurança Pública do Estado de
São Paulo



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)
e apresente sua proposta



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

- I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;**
- II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;**
- III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;**
- IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.**

Parágrafo único - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

- I - sanção de multa pelas seguintes condutas:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES
Secretário da Segurança Pública